



LULA PRESIDENTE

Programa Setorial de Pessoas com Deficiência
2007 / 2010



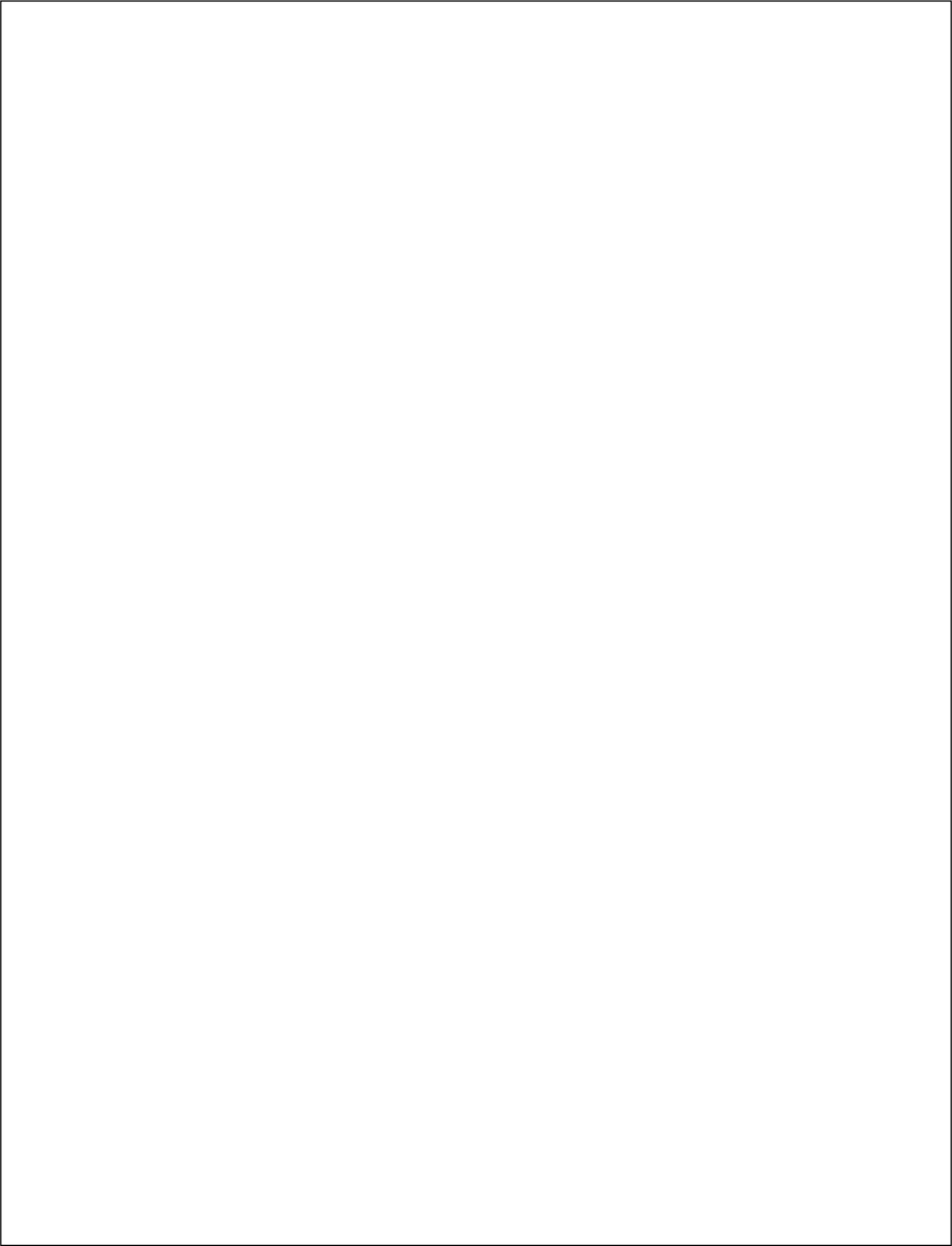


ORDEM E

L U L A P R E S I D E N T E

**Programa Setorial de Pessoas com Deficiência
2007 / 2010**





Sumário



5

I - Apresentação

II - Atuação do Governo Lula

III - Diretrizes

Apresentação

A formação histórica da sociedade brasileira conduziu a processos de exclusão social, restrição do acesso aos direitos fundamentais de cidadania e a preconceitos com relação às pessoas deficientes, aos negros, às mulheres, aos homossexuais e outros. São concepções etnocêntricas de sociedade que estabelecem a segregação e legitimam a desigualdade social. A visão da deficiência como limitação e inadaptabilidade ao meio social levou a práticas assistencialistas que impuseram barreiras sociais, políticas e econômicas, gerando baixos níveis de escolaridade e empregabilidade.



6

Os movimentos sociais e a luta pelos direitos humanos, no fim da década de 70, impulsionaram o processo de organização e participação das pessoas com deficiência, desenvolvendo a consciência da força e capacidade de reivindicação em todas as esferas da estrutura social. A Constituição Federal determina que o Estado deve assegurar a igualdade de direitos, oportunidades e tratamento sem distinção de qualquer natureza, sem preconceitos contra as pessoas deficientes. A partir dos anos 90 são implantadas políticas especiais para as pessoas com deficiência, suscitando a discussão sobre a segregação dos serviços e redimensiona-

mento do atendimento clínico, assistencial e educacional.

O Censo Demográfico IBGE/2000, indica 14,5% da população brasileira com algum tipo de deficiência, o que demanda políticas inter-setoriais para atender as especificidades deste contingente populacional, garantindo o acesso aos bens e serviços e equiparando as oportunidades nas diversas esferas sociais.

II - Atuação do Governo Lula

1 - Promoção da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O Governo Lula atuou na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a edição do Decreto de Acessibilidade 5.296/04, estabelecendo a acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, à comunicação e a informação para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. O Governo Lula editou, ainda, o Decreto 5.626/05, regulamentando a Lei de Libras - Língua Brasileira de Sinais -, e criou normas e prazos para a inserção obrigatória da Libras em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Entre os avanços destaca-se a promulgação da Lei de Biossegurança que autorizou

as pesquisas com células-tronco para o tratamento de deficiências e cura de diversas doenças; a Lei 11.126/05 que garante a circulação do cão-guia em espaços públicos e privados de uso coletivo; a Emenda Constitucional 47/05 que assegura a aposentadoria especial aos trabalhadores com deficiência e a Lei 11.196/05 que altera o prazo para troca de automóveis de pessoas com deficiência, com isenção do imposto.

Em 2004 foi instituído o Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência e desde 2003 o Brasil participa do Comitê das Nações Unidas para elaboração da Convenção Internacional Ampla e Integral de Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência. E, em 2005, o Brasil sediou a VIII Conferência da Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica – RIICOTEC -, e em 2006 realizou a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, com ampla participação dos movimentos.

2 - Mobilidade Urbana

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, foi elaborada a Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelecendo diretrizes nacionais para o transporte coletivo e

outros serviços que compõem o sistema de mobilidade urbana. A política de mobilidade foi pensada para a construção da cidade sustentável e prevê acesso amplo e democrático ao espaço urbano, com foco no deslocamento de pessoas e não dos veículos. A Pesquisa Nacional sobre Acessibilidade no Sistema de Transporte Público teve como objetivo quantificar e caracterizar os serviços disponíveis para as pessoas deficientes.

Em 2004, o Programa de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível -, apoiou os governos municipais, estaduais e do Distrito Federal nas ações de capacitação de pessoal, implantação de sistemas de transporte acessíveis, eliminação de barreiras arquitetônicas, difusão do conceito de desenho universal, fomento ao desenvolvimento tecnológico. O programa estabelece ainda pesquisas e novas fontes de financiamento para a garantia da acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade. Foram lançados os Cadernos do Brasil Acessível com orientações para a melhoria do atendimento dos serviços de transporte, e informações sobre o uso do conceito de desenho universal.

O Programa de Mobilidade Urbana contempla as ações de apoio a projetos de sistemas de circulação não motorizados e de corredores estruturais de transporte coletivo urbano para a circulação das pessoas com deficiência

e de idosos, com vistas ao acesso universal, estabelecendo a incorporação da acessibilidade como pré-requisito para financiamento da infra-estrutura de mobilidade urbana.

O Programa de Acessibilidade da INFRA-ERO estabeleceu diretrizes para proporcionar às pessoas com deficiência as condições adequadas e seguras de acessibilidade e autonomia nos aeroportos, a capacitação da comunidade aeroportuária, os diagnósticos das condições de acessibilidade, a inclusão das novas diretrizes do desenho universal nos projetos e pretende acrescentar nos contratos de concessão a obrigatoriedade de atendimento a acessibilidade nas edificações, mobiliários e equipamentos urbanos.

3- Educação, Esporte e Cultura

O Ministério da Educação difundiu nacionalmente as políticas de inclusão e afirmou o direito à educação das pessoas com deficiência. Em 2003, foi implantado o Programa Educação Inclusiva, que estabeleceu:

- Direito à diversidade.
- Orientação aos sistemas de ensino para a inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns de ensino regular.
- Promoção a formação de gestores e educa-

dores para eliminação da discriminação em razão da deficiência.

- A reestruturação das escolas e dos projetos pedagógicos.
- A organização dos recursos para a acessibilidade e para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

Foram estabelecidas parcerias com 144 municípios-pólos para a formação de 80 mil gestores e educadores de 4.646 municípios.

Estas parcerias impulsionaram o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas escolas públicas. Mais de 60 mil professores participaram nos cursos Interiorizando Libras, Interiorizando Braille, Estimulação Precoce, Tecnologias Assistivas e Comunicação Alternativa, Informática na Educação Especial, Surdocegueira, Atividades da Vida Diária, Orientação e Mobilidade e Educar na Diversidade.

Foram implantados laboratórios do Programa de Informática na Educação Especial – PROINESP -, salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado complementar à escolarização e Centros de Formação de Professores e Atendimento aos Alunos com Surdez – CAS -, em todos os estados.

Foi universalizada a distribuição do livro di-

dático em braille no ensino fundamental, que agora chega aos estudantes matriculados até a oitava série, e não mais apenas à quarta série. Nos últimos três anos, foram distribuídos 82.445 exemplares de livros didáticos em braille, além dos títulos de literatura e 45 mil coleções de literatura infanto-juvenil em Libras. Foi editado, ainda, o Dicionário Trilíngüe Português/ Inglês/ Libras para alunos da educação básica portadores de surdez ou deficiência auditiva. Foi ampliado o apoio aos sistemas de ensino para desenvolvimento de projetos, contemplando ações de adequação dos prédios escolares para acessibilidade, formação continuada de professores, aquisição de equipamentos e materiais didáticos.

Em 2005, o FUNDEF estendeu aos alunos incluídos em classe comum do ensino regular o valor per capita diferenciado, anteriormente concedido apenas aos alunos das classes e escolas especiais. Nos três primeiros anos do Governo Lula mais de 190 mil novos alunos com necessidades educacionais especiais foram matriculados no sistema de ensino, representando um crescimento de 42,7% em relação a 2002. Dado igualmente importante: dos 640.317 alunos matriculados 41% estudam hoje em classes comuns, contra apenas 24,6% nos governos anteriores.

A formação inicial de professores foi reestruturada para atender à diversidade lingüística

dos alunos surdos com a criação, em 2005, do primeiro Curso de Graduação Bilíngüe Libras/Português para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Também foi implantado o Curso de Graduação Letras/Libras, na modalidade à distância, com pólos em nove estados. Em 2006, foi instituído o ProLibras - Exame Nacional de Proficiência em Libras -, para certificação de docência, tradução e interpretação.

Para a promoção do acesso de alunos portadores de deficiência ao ensino superior foi criado o Programa Incluir que apoiou projetos de adaptação arquitetônica, aquisição de equipamentos, formação de profissionais e serviços especializados e, no PROUNI, foram destinadas bolsas de estudo às pessoas com deficiência. O Programa de Apoio a Pesquisa na Educação Especial – PROESP -, promoveu a pesquisa e formação na área da educação especial, no âmbito da pós-graduação e na concessão de bolsas para mestrado e doutorado.

O Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento promoveu a participação da delegação brasileira em competições internacionais e financiou eventos esportivos para pessoas com deficiência. Em 2003, a Caixa Econômica Federal patrocinou o Comitê Paraolímpico Brasileiro destinando bolsas para os atletas e técnicos e financiando seminários do espor-



te paraolímpico. Em 2005, foi implantado o Programa Bolsa-Atleta, de apoio a atletas e pára-atletas.

Em 2003, o Programa Arte sem Barreiras foi incorporado às atividades da Fundação Nacional de Arte – Funarte -, atuando nacionalmente na formação, promoção e inclusão sócio-cultural dos artistas com deficiência. Incorporou também a produção de conhecimentos no setor da educação, das artes e outras formas de inclusão e na realização de Congressos e Mostras de Arte Sem Barreiras.

4- Saúde, Ciência e Tecnologia

A Política de Saúde da Pessoa com Deficiência, foi implementada em parceria com estados e municípios visando proteger a saúde, proporcionar a reabilitação das pessoas deficientes e promover o desenvolvimento pleno de suas capacidades e habilidades. O fortalecimento do Programa Saúde da Família no Sistema Único de Saúde – SUS -, estabeleceu ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação, o mais próximo possível das moradias e se constituiu em componente essencial para a atenção integral à saúde das pessoas deficientes. Além disso, desenvolveu ações básicas inter-setoriais nas áreas da saúde

da criança, da mulher, do idoso, de jovens e adolescentes e do trabalhador.

Destaca-se no Programa Nacional de Imunização a implementação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, consolidando a sistemática de busca ativa, confirmação diagnóstica, acompanhamento e tratamento dos pacientes em todos os estados e no Distrito Federal. O programa aumentou a cobertura em todo o Brasil, atingindo 83,66% dos nascidos vivos em 2005; a inserção no Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil da atenção específica à gestante com deficiência e; a ampliação da RENAST - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador -, que intensificou as ações de promoção, assistência e vigilância aos agravos da saúde.

O acesso ao atendimento odontológico no SUS foi um importante avanço às pessoas com deficiência, desde 2003, com o Programa Brasil Sorridente, que contemplou a universalização das ações básicas de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, a intervenção curativa nos Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs -, e a formação de trabalhadores em saúde bucal.

A implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, a partir de 2004, constituiu significativo avanço na perspectiva da

atenção integral às necessidades de reabilitação da pessoa com perda auditiva ou surdez.

Foram disponibilizados no SUS tratamento clínico e cirúrgico, aparelho auditivo e prótese para implante coclear, acompanhamento e terapias nos serviços de saúde auditiva, distribuídos em todos os estados da federação.

As Redes de Serviços de Reabilitação foram expandidas e realizaram atendimento médico especializado, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, fornecimento de órteses e próteses e outras ajudas técnicas, como a assistência ventilatória para pacientes com Distrofia Muscular Progressiva.

O Governo Lula apoiou projetos de pesquisa de Tecnologia Assistiva para autonomia e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e investiu no desenvolvimento de estudos epidemiológicos nas áreas de células-tronco e de recursos tecnológicos.

5 -Assistência Social, Reabilitação profissional, Trabalho e Emprego

A proteção social à pessoa com deficiência, no âmbito da Política de Assistência Social

contemplou ações do Benefício de Prestação Continuada – BPC -, geração de renda para as famílias e as pessoas com deficiência; serviços que promovem o convívio familiar e comunitário, equiparação de oportunidades e inclusão social, por meio de atividades sócio educativas, e serviços sócio assistenciais de atenção às pessoas deficientes e serviços de habilitação e reabilitação.

A Reabilitação Profissional, incluída no Programa de Previdência Social Básica, possibilitou aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS -, e às pessoas com deficiência não vinculadas ao RGPS, que não estejam capacitados para o trabalho, a reinserção no mercado de trabalho, mediante a readaptação profissional.

Os Núcleos de Igualdade e de Combate à Discriminação no Ambiente de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por meio das Delegacias Regionais do Trabalho – DRT, em parceria com o Ministério Público do Trabalho atuaram na fiscalização do cumprimento das cotas no mercado de trabalho destinadas às pessoas com deficiência. Os programas Primeiro Emprego, Escola de Fábrica e ProJovem beneficiaram jovens deficientes visando sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

III – Diretrizes 2007/ 2010

A equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência nas diversas esferas sociais tem como princípios a acessibilidade, a inclusão e a cidadania, reafirmando a concepção de direitos humanos e a garantia das liberdades fundamentais das pessoas com deficiências.

O paradigma da inclusão rompe com a representação da deficiência como problema e da incapacidade da pessoa com deficiência - que constituiu a visão clínica e legitimou a lógica excludente -, estabelecendo uma nova visão social da deficiência e identificando na sociedade as barreiras presentes nos espaços segregados e nas atitudes discriminatórias que impedem o acesso, a participação e a autonomia das pessoas portadoras de deficiência.

A inclusão apresenta-se como condição para a emancipação das pessoas com deficiência, por meio de políticas que assegurem o acesso universal, a democratização do espaço público e a valorização da diversidade, garantindo o direito à igualdade e à diferença. Também dá visibilidade a uma nova concepção da pessoa deficiente, reafirmando sua condição de sujeito polí-

tico, protagonista das transformações que dizem respeito às diferentes necessidades para o exercício do convívio social.

Nesta perspectiva, um segundo mandato do Presidente Lula continuará avançando na consolidação da política de Estado que envolve a ação articulada dos três níveis de governo e da sociedade para a inclusão das pessoas com deficiência.

Implementação do Decreto de Acessibilidade

Articular as três esferas de governo e a sociedade civil para o cumprimento do Decreto de Acessibilidade, visando garantir o atendimento prioritário e a criação das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e a elaboração de regulamentações complementares ao Decreto no âmbito federal e seu desdobramento nas demais esferas.

Desenvolver campanhas sobre acessibilidade, visando eliminar preconceitos e estereótipos. Valorizando a diversidade, apoiando a construção de políticas públicas de acesso pleno nas diversas áreas e impulsionando mudança cultural em relação às pessoas com deficiência.

Diversificar as fontes de financiamento à implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística, ao sistema de habitação de interesse social, aos bens culturais, aos serviços de transportes coletivos, à informação e comunicação e às ajudas técnicas.

Instituir um programa de ajudas técnicas, com a articulação, fortalecimento e ampliação das ações nas diferentes áreas do governo, promovendo o acesso das pessoas deficientes a todos os equipamentos necessários para melhorar a qualidade de vida.

Adequar os ambientes de inclusão digital ao Decreto de acessibilidade 5296/04, garantindo o acesso e uso das pessoas com deficiência aos bens, serviços e programas públicos.

Fortalecimento do Controle Social

Estimular a formação de Conselhos de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência nos estados e municípios, fortalecendo o controle social e ampliando a participação na elaboração e definição das políticas públicas.

Implementar políticas de formação de conselheiros, direcionadas às novas coordenações estaduais e municipais responsáveis pelas ações de inclusão e às comissões permanentes de acessibilidade.

Realizar ações de divulgação e informação da sociedade sobre os direitos das pessoas portadoras de com deficiência para o acompanhamento da implementação de políticas públicas e o cumprimento da legislação que determina a não discriminação com base na deficiência e a garantia do exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Propor a reestruturação do CONADE e instituir a Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio de debates com a sociedade civil. Difundir, entre as esferas pública e privada, os avanços ocorridos nos marcos legais para a eliminação de qualquer forma de discriminação contra as pessoas com deficiência e promover o desenvolvimento de recursos para a inclusão social.

Adequar a estrutura da CORDE de modo a assegurar a aplicação das normas, convenções internacionais e legislação nacional, garantir a transversalidade das ações do governo federal e fortalecer a articulação na implementação das políticas para pessoas com deficiência.

Políticas Setoriais

Apoiar a implantação de programas municipais de acessibilidade universal por meio

do Programa Brasil Acessível, divulgando o conceito de acessibilidade às pessoas com deficiência como condição necessária para a construção de cidades sustentáveis.

Dar continuidade ao Programa Educação Inclusiva, que estabelece: direito à diversidade, disseminação de programas de formação de gestores e educadores que atuam em todas as etapas e modalidades de ensino, fortalecimento da construção dos sistemas educacionais inclusivos que garantam aos alunos deficientes o acesso às classes comuns do ensino regular e a oferta do atendimento educacional especializado.



14

Consolidar a política do livro acessível às pessoas com deficiência, democratizando o acesso à informação e ao conhecimento, propiciando condições de igualdade no acesso a leitura e no desenvolvimento das potencialidades.

Dar continuidade as ações de acessibilidade ao livro didático e paradidático distribuído a todas as escolas de educação básica com novos títulos em braille, livro falado e digital em Libras no Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional do Livro no Ensino Médio e Programa Nacional da Biblioteca na Escola.

Realizar o Exame Nacional de Proficiência em Libras – PROLIBRAS -, para certificar professores e tradutores intérpretes de forma a garantir o disposto no Decreto 5626/05 que estabelece a obrigatoriedade da inserção curricular da Libras em todos os cursos de formação de professores e fonoaudiologia.

Fortalecer as ações para o uso e ensino de Libras com a ampliação da formação de docentes e de tradutores e intérpretes, da faculdade bilíngüe e dos cursos de Letras/ Libras.

Expandir os cursos de extensão e especialização para o atendimento educacional especializado, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB -, promovendo a disseminação de cursos que contemplem a necessidade de formação nas áreas da deficiência física, sensorial e mental; bem como o apoio à pesquisa no âmbito da pós-graduação com enfoque na inclusão educacional de pessoas com deficiência.

Consolidar o Programa Incluir para garantir o acesso e condições de permanência às pessoas com deficiência no ensino superior por meio da adequação arquitetônica das instituições públicas de ensino superior, aquisição de equipamentos e recursos específicos para acessibilidade, formação

e a disponibilização de profissionais que atuem nos serviços de apoio, guias-intérprete, letores, tradutores, intérpretes e outros.

Fortalecer as ações de apoio aos sistemas de ensino para adaptação arquitetônica, aquisição de mobiliários e ajudas técnicas para acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos prédios escolares e implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para a oferta de atendimento educacional especializado complementar à escolarização na rede pública de ensino.

Articular as três esferas de governo para o estabelecimento de política de financiamento no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB -, que contemple recursos específicos para a oferta do atendimento educacional especializado na rede pública de ensino.

Consolidar a Atenção Integral a Saúde das Pessoas com Deficiência com a formação e capacitação dos profissionais da atenção básica, equipes de saúde, da família e agentes comunitários de saúde, para o acolhimento e assistência à saúde das pessoas com deficiência de modo a pre-

venir, executar intervenções básicas de reabilitação, facilitar o acesso, valorizar o saber popular e a participação, dentro do conceito de Reabilitação Baseada na Comunidade.

Ampliar o Programa Nacional de Triagem Neonatal de detecção precoce, acompanhamento e tratamento de doenças congênitas, incluindo a triagem para a detecção de problemas auditivos e visuais.

Expandir e consolidar as Redes Estaduais de Serviços de Saúde Auditiva e Redes Estaduais de Reabilitação Física e implantar Serviços de Reabilitação Visual em conformidade com a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia, criando novos serviços para atender às pessoas com deficiência mental.

Criar um Programa Interministerial de Saúde e Educação para consolidar uma rede de apoio à inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular da rede pública e fortalecer as ações interministeriais com foco na prevenção e identificação de deficiências.

Potencializar a proteção social promovida pelo benefício de Prestação Continuada – BPC -, articulando a sua concessão com a inserção dos beneficiários e suas

famílias nos serviços sócio assistenciais, ações de geração de renda e demais ações desenvolvidas pela política de assistência social, fortalecendo o convívio familiar, comunitário, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência.

Promover o reordenamento das ações sócio assistenciais, qualificando o atendimento às pessoas com deficiência por intermédio da regulação dos serviços da Política Nacional de Assistência Social/ Sistema Único de Assistência Social -SUAS -, do aumento do co-financiamento federal, municipal e estadual dos serviços e da formação dos profissionais.

Desenvolver projetos e programas de desinstitucionalização das pessoas com deficiência que residem em instituições de asilamento e de longa permanência, por meio da criação e estruturação de Programa de Moradias Assistidas com vistas ao fortalecimento da vida independente e da autonomia.

Reordenar o financiamento público de programas e projetos para pessoas com deficiência, no sentido da desconstrução de propostas de cunho assistencialista que ainda praticam a segregação e a tutela das pessoas com deficiência, sobretudo das pessoas com deficiência mental, via-

bilizando a oferta de serviços organizados na perspectiva da inclusão, que garantem o direito de todos de participar dos espaços comuns da sociedade.

Garantir o acesso das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade em todos os serviços, programas, projetos de assistência social.

Instituir programa de reabilitação baseada na comunidade para atuação nas comunidades mais empobrecidas, periferias das grandes cidades e zonas rurais com o objetivo de mobilizar e dar visibilidade às pessoas com deficiência, estimulando a sua participação social, mobilização política e defesa de direitos.

Apoiar o desenvolvimento de programas e ações de acessibilidade aos espaços culturais, fortalecendo os processos inclusivos nos teatros, festivais, exposição de artes e demais espaços de manifestação artística.

Apoiar o desenvolvimento de programas de incentivo aos esportes de identidade nacional valorizando a participação esportiva das pessoas com deficiência e a realização de eventos esportivos nacionais e internacionais, com destaque para a realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007.

Ampliar e democratizar o Programa Bolsa Atleta, com critérios que garantam equidade entre as regiões no processo de distribuição e promover o esporte para-olímpico para formar, manter e renovar periodicamente atletas com potencial para representar o país.

Implementar ações relativas à infra-estrutura para o turismo considerando o acesso às pessoas com deficiência, bem como a publicação de guias de turismo com informações referentes às instalações hoteleiras acessíveis, serviços adaptados de transportes, estimulando a ampliação do turismo às pessoas com deficiência.

Ampliar as ações de combate a todas as formas de discriminação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio dos Núcleos de Combate à Discriminação das Delegacias Regionais do Trabalho e impulsionar a fiscalização do cumprimento das cotas das pessoas com deficiência no trabalho, conforme legislação.

Incluir na Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD -, questões da deficiência para elaboração de diagnóstico sobre as condições socioeconômicas das pessoas com deficiência e suas famílias com o objetivo de criar estratégias e ações para incidir nesta realidade.



Comissão Temática de Pessoas com Deficiência

Claudia Pereira Dutra (Secretária Executiva)

Ana Maria Barbosa

Celso Zoppi

Claudio Humberto Vereza Lodi

Humberto Lippo

Perly Cipriano

Renato Boaretto

Equipe de Apoio

Bruno Gaspar

Cilene Antonioli

Coordenação do Programa de Governo

Marco Aurélio Garcia (Coordenador)

Dilermando Toni

Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar





CONGRESS

VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



LULA

DE NOVO COM A FORÇA DO POVO